

Os 60 mil participantes do principal fundo de pensão da Petrobras serão chamados a dar sua contribuição para cobrir um rombo que já dura três anos na Petros, fundação que administra a previdência privada da estatal.

A instituição confirmou que o Plano Petros do Sistema Petrobras (PPSP) fechará 2015 com déficit e precisará passar pelo processo chamado de equacionamento, no qual aposentados e trabalhadores da ativa têm um desconto em seus vencimentos.

Os trabalhadores prometem questionar o processo na Justiça, alegando que a direção da Petros tem se recusado a cobrar dívidas que a Petrobras, patrocinadora do plano, tem com a fundação.

O resultado de 2015 ainda não foi divulgado, mas o plano já acumulava deficit de R\$ 15 bilhões em outubro, último balanço disponível. A expectativa de conselheiros da Petros é de que o rombo anual chegue a quase R\$ 20 bilhões.

O PPSP é o principal plano administrado pela Petros. Seus participantes, sejam aposentados ou pensionistas, contribuem mensalmente com uma parcela dos vencimentos que varia entre 3% e 14,5%, dependendo da faixa de renda.

Em um processo de equacionamento, este percentual é ampliado para ajudar a cobrir parte do deficit. A Petrobras também terá que contribuir -cada parte entra com metade do valor necessário.

A maneira como isso acontecerá será discutida ao longo deste ano e o desconto adicional nos vencimentos começa a valer a partir de janeiro de 2017.

Será a primeira vez que os empregados da Petrobras participam da cobertura de deficit no fundo de pensão. O equacionamento é necessário quando o deficit ultrapassa um limite que varia de acordo com os valor dos benefícios a pagar e a duração de cada plano.

Em nota enviada à Folha, a Petros diz que o resultado negativo reflete a "conjuntura econômica", mas não antecipa detalhes sobre o plano de equacionamento. "Todas as possibilidades serão analisadas", diz.

Representantes dos empregados e aposentados no conselho criticam a gestão do fundo, citando investimentos de risco como a Lupatech, fabricante de equipamentos para o setor de petróleo hoje em recuperação judicial, e a empresa de sondas Sete Brasil.

Eles questionam ainda a direção por não cobrar dívidas da Petrobras que somariam R\$ 13 bilhões, segundo cálculos dos empregados, e poderiam reduzir o sacrifício dos participantes no processo de equacionamento.

"Para dar início ao equacionamento, tem que ficar bem claro qual é o tamanho da dívida da Petrobras e qual o déficit real do fundo", diz Fernando Siqueira, vice-presidente da Associação dos Engenheiros da Petrobras e um dos membros do conselho fiscal da Petros.

Os conselheiros pedem que a fundação antecipe a divulgação dos números, para que as negociações tenham início mais cedo. O prazo legal é 31 de julho.

Fonte: [Folha de S. Paulo](#), em 27.01.2016.